



Número: **0070106-86.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADONIAS CARLOS DA SILVA (AUTOR)		PAULO ANTONIO COELHO CASTOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
ARUANA SEGUROS S.A. (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70838644	12/11/2020 13:15	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
71817256	30/11/2020 17:20	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
71817263	03/12/2020 17:02	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
72073291	04/12/2020 13:14	<a href="#">Impressão de alvará</a>	Petição em PDF
72675187	17/12/2020 10:21	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
72675188	17/12/2020 10:21	<a href="#">70106-86.2019 ADONIAS CARLOS-DESCONHECIDO 22B</a>	Outros (Documento)



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0070106-86.2019.8.17.2001**

AUTOR: ADONIAS CARLOS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**ADONIAS CARLOS DA SILVA** ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO – DPVAT e ARUANA SEGUROS S/A.**, pugnando por suas condenações ao pagamento de indenização por debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 09/11/2018.

O demandante afirma que recebeu administrativamente R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), quantia inferior ao valor correto da indenização, que seria, no seu entender, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pelo que requer a condenação das requeridas ao pagamento do montante complementar, nos termos da peça vestibular.

As rés apresentaram defesa alegando que o autor suportou invalidez parcial, verificando-se escorreito o valor que lhe restou adimplido administrativamente.

Laudo pericial à id. 69917705.

Intimadas as partes para se pronunciarem sobre o laudo, ambas as partes se manifestaram.

Vieram os autos conclusos.

**Relatados. Decido.**

**DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Entendo que o feito encontra-se apto a julgamento, caracterizada que está a hipótese de incidência do teor do disposto no artigo 355, inciso I, do Estatuto de Ritos em vigor, que autoriza o julgamento antecipado da lide, uma vez que, em relação à questão de fato, consistente na lesão sofrida pelo autor, o feito está satisfatoriamente instruído, necessitando solução apenas quanto à questão de direito, referente à complementação do *quantum* indenizatório.

**IN MERITUM CAUSAE**

Àid. 69917705, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o suplicante sofreu lesão parcial incompleta crânio-facial, representativa de comprometimento no percentual de 10% (dez por cento), bem como no joelho direito, com percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Uma vez confirmadas e quantificadas pela perícia médica oficial as lesões sofridas pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, posto que o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em pouco contradiz aquilo que afirma o demandante. Ao contrário, apenas constata a efetiva ocorrência de lesões e fixa o seus percentuais, de modo que



está caracterizada a sua aptidão para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois o fato (lesão) encontra-se satisfatoriamente demonstrado.

A utilização da tabela de proporcionalidade para cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios:

*“Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes”* (STJ – 4ª T, AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT).

Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas, à base de 10% (dez por cento) em seu crânio-face e 25% (vinte e cinco por cento) no joelho direito, o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido tendo em vista essas exatas proporções.

Dessa sorte, quanto à lesão crânio-facial deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 100% (cem por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 10% (dez por cento), totalizando o correspondente ao importe de R\$ 1.350,00 (hum mil, trezentos e cinquenta reais).

No tocante à lesão no joelho direito faz-se também uma primeira operação para se atingir 25% (vinte e cinco por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), totalizando o correspondente ao importe de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Desta forma, a partir do somatório dos valores obtidos retro, chega-se ao montante de R\$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Assim, subtraindo do *quantum* devido aquilo que já fora quitado na esfera administrativa, qual seja, R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), chegamos ao valor final de R\$ 506,25 (quinhentos e seis reais e vinte e cinco), devido a título de complementação da indenização securitária.

Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do NCPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 506,25 (quinhentos e seis reais e vinte e cinco), corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 580 do STJ). Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação.

Condene, ainda, a suplicada nas custas processuais e nos honorários advocatícios (10% sobre a condenação).

**Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais.**

PRI.

Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo.

Recife, 11 de novembro de 2020.

Maria Cristina Souza Leão de Castro  
Juíza de Direito Titular





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0070106-86.2019.8.17.2001  
AUTOR: ADONIAS CARLOS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 70838644, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos, etc. ADONIAS CARLOS DA SILVA ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO – DPVAT e ARUANA SEGUROS S/A., pugnando por suas condenações ao pagamento de indenização por debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 09/11/2018. O demandante afirma que recebeu administrativamente R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), quantia inferior ao valor correto da indenização, que seria, no seu entender, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pelo que requer a condenação das requeridas ao pagamento do montante complementar, nos termos da peça vestibular. As rés apresentaram defesa alegando que o autor suportou invalidez parcial, verificando-se escorreito o valor que lhe restou adimplido administrativamente. Laudo pericial à id. 69917705. Intimadas as partes para se pronunciarem sobre o laudo, ambas as partes se manifestaram. Vieram os autos conclusos. Relatados. Decido. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Entendo que o feito encontra-se apto a julgamento, caracterizada que está a hipótese de incidência do teor do disposto no artigo 355, inciso I, do Estatuto de Ritos em vigor, que autoriza o julgamento antecipado da lide, uma vez que, em relação à questão de fato, consistente na lesão sofrida pelo autor, o feito está satisfatoriamente instruído, necessitando solução apenas quanto à questão de direito, referente à complementação do quantum indenizatório. IN MERITUM CAUSAE À id. 69917705, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o suplicante sofreu lesão parcial incompleta crânio-facial, representativa de comprometimento no percentual de 10% (dez por cento), bem como no joelho direito, com percentual de 25% (vinte e cinco por cento). Uma vez confirmadas e quantificadas pela perícia médica oficial as lesões sofridas pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, posto que o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em pouco contradiz aquilo que afirma o demandante. Ao contrário, apenas constata a efetiva ocorrência de lesões e fixa o seus percentuais, de modo que está caracterizada a sua aptidão para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois o fato (lesão) encontra-se satisfatoriamente demonstrado. A utilização da tabela de proporcionalidade para cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios: "Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes" (STJ – 4ª T, AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT). Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas, à base de 10% (dez por cento) em seu crânio-face e 25% (vinte e cinco por cento) no joelho direito, o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido tendo em vista essas exatas proporções. Dessa sorte, quanto à lesão crânio-facial deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 100% (cem por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 10% (dez por cento), totalizando o correspondente ao importe de R\$ 1.350,00 (hum mil, trezentos e cinquenta reais). No tocante à lesão no joelho direito faz-se também uma primeira operação para se atingir 25% (vinte e cinco por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$



3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), totalizando o correspondente ao importe de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Desta forma, a partir do somatório dos valores obtidos retro, chega-se ao montante de R\$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos). Assim, subtraindo do quantum devido aquilo que já fora quitado na esfera administrativa, qual seja, R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), chegamos ao valor final de R\$ 506,25 (quinhentos e seis reais e vinte e cinco), devido a título de complementação da indenização securitária. Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do NCPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 506,25 (quinhentos e seis reais e vinte e cinco), corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 580 do STJ). Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação. Condeno, ainda, a suplicada nas custas processuais e nos honorários advocatícios (10% sobre a condenação). Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais. PRI. Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo. Recife, 11 de novembro de 2020. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito Titular"

RECIFE, 30 de novembro de 2020.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0070106-86.2019.8.17.2001  
AUTOR: ADONIAS CARLOS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06 .**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 200,00 (Duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717- OPERAÇÃO 040- CONTA 01765917-8**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 70838644**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
*"Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais."*

Eu, ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 30 de novembro de 2020.

**Carmen Magalhães de Andrade Pedrosa**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**Maria Valéria Silva Santos de Melo**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.

Grato.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0070106-86.2019.8.17.2001  
AUTOR: ADONIAS CARLOS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR SEM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos a carta devolvida referente a intimação de ADONIAS CARLOS DA SILVA, tendo como motivo de devolução: "travessa desconhecida". O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 17 de dezembro de 2020.

**PATRICIA CARLA DE OLIVEIRA RABELO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





AO REMETENTE

EMPRESA BRASIL - DE  
CORREIOS E TELEGRÁFICOS

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Procurado
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado	
<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico	
Use corretamente seu CEP	
REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL	
Em _____	
Em _____	

Nome: ADONIAS CARLOS DA SILVA  
Endereço: TV 1 Mal Rondon, nº 134, Paulista, Paulista/PE, CEP: 53400-000  
0070106-86.2019.8.17.2001 ID 67230892 6  
INTIMAÇÃO Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

AO REMETENTE

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority

Recebido por \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_ Doc. \_\_\_\_\_

PESO (kg) \_\_\_\_\_  
AR MP

JU 65319609 8 BR



*(travessa desconhecida)*



DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

(ETIQUETA OU CARIMBO JAP)

BK 116041385BR





AVISO DE  
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: ADONIAS CARLOS DA SILVA

Endereço: TV 1 Mal Rondon, nº 134, Paulista, Paulista/PE, CEP: 53400-000

END

CEP: 0070106-86.2019.8.17.2001

ID 67230892

6

INTIMAÇÃO Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

CO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JU 653196098 BR

CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

15 SET 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

DIRETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL

AV. DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRO, S/Nº

LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

